



Movimentos Sociais no Brasil: *sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas*

Remo Mutzenberg

Conference Paper nº 26

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

“MOÇAMBIQUE: ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL”

(4 & 5 de Setembro de 2012)

“MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas”

Prof. Remo Mutzenberg¹

RESUMO

No cenário econômico político mundial há um consenso, que já faz parte do senso comum, e uma naturalização da hegemonia do “projeto neoliberal” que transformou as relações internacionais, as configurações das sociedades nacionais e das comunidades locais. Em termos macro, implicou numa reestruturação dos estados e das economias. Dois aspectos são destacáveis nesse nível, a indução/imposição dos processos de “democratização”, como mecanismo de regulação, conjugada à lógica de ajustamento estrutural na procura de soluções para a acumulação de capital e garantia de mecanismos para a seu deslocamento na busca de redução de custos de produção e garantir sua competitividade no mercado mundializado. Tais transformações têm provocado novas expectativas e demandas e que se traduziram, no debate acadêmico e político, em torno de três noções e sua relação com a democracia: sociedade civil, participação e cidadania. Nesse debate tais noções se apresentam como referenciais comuns, mas que no campo político acaloram disputas sobre seus significados e, em muitos casos, o seu deslocamento do campo formal implicou na ampliação dos espaços públicos e suas implicações na constituição da opinião pública. Nesse sentido, podemos situar um leque amplo de manifestações, confrontos políticos e protestos sociais, cujos atores apresentam traços diversificados, que dificulta uma definição geral satisfatória. Suas demandas são motivadas desde questões muito específicas de grupos particulares a questões mais gerais em que diferentes demandas, inclusive de âmbito transnacional, se articulam e congregam diferentes atores, constituindo uma unidade conjunturalmente situada. Outro aspecto que tem desafiado as análises dos protestos sociais diz respeito à diversidade e inovação dos meios de protesto, na qual se redefine o repertório das ações coletivas. Nesse caso, a atenção tem se voltado para a incorporação das tecnologias digitais como recurso para a projeção política e mecanismo de mobilização, cujas análises divergem entre visões extremamente otimistas em relação ao seu potencial a visões pessimistas quanto a sua eficácia e continuidade.

Palavras-chave: movimentos sociais, confrontos políticos, sociedade civil, democracia, participação, repertório de ações coletivas.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Sociologia – CFCH-UFPE e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia-UFPE

Introdução

A presença de movimentos sociais no Brasil², particularmente a partir dos anos 1970, canalizaram diferentes categorias sociais em torno de diferentes temáticas e/ou orientações, construindo espaços de participação política em seu sentido mais amplo, portanto não restritos ao âmbito institucional, e formaram uma geração de lideranças que se mantém ligada aos “movimentos” ou exerce atividades em diferentes espaços da sociedade civil e da sociedade política. Em relação à sociedade política, podemos afirmar que uma grande parte das atuais lideranças políticas emergiu desse processo, resultando, entre outros aspectos, numa reorientação da relação da sociedade civil com o Estado. Nesse sentido, a relação desses atores sociais com o Estado tornou-se intrincada e ambígua, na medida em que lideranças oriundas de seus quadros, ou no mínimo comprometidas com as suas demandas, tornaram-se governo em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Esse fato levou tanto a um afastamento quanto a uma inserção dos movimentos nos quadros governamentais ou, ainda, gerou uma dupla atuação, isto é, manifestações tanto de apoio quanto de resistência e oposição ao governo, levando a mobilizações e confrontos para acelerar o cumprimento de demandas postergadas (POLETTI, 2009). Saliente-se que essa redefinição ocorreu num contexto que Evelina Dagnino denominou de confluência perversa, isto é, ”de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante-participatório, que emerge a partir das crises dos

² Sem me ater a uma definição do conceito movimento social, utilizo esse termo aqui em sentido genérico que busca abarcar um conjunto de atores coletivos. A questão sobre os sentidos das múltiplas formas de ação dos movimentos sociais, promovidas por múltiplos agentes, coloca uma das perguntas mais desafiadoras e conflituosas para a Teoria Social, em geral, e à metodologia das Ciências Sociais, em particular (SCRIBANO, 2003, p. 64). Como observou Alberto Melucci, um movimento social é um objeto de análise construído e não coincide com a uma forma empírica de ação coletiva (Melucci, 2001, p. 18). De modo geral, sob o termo movimentos sociais são designados uma multiplicidade de protagonistas que apresentam características diversas, impossibilitando uma definição geral (POLETTI, 2009, p. 7). Uma discussão sobre o conceito é retomada adiante.

regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático” (DAGNINO, 2004, p. 195). Esse novo quadro colocou desafios teóricos e analíticos para interpretar a interconexão entre o Estado-Governo e movimentos sociais. Mas também tem desafiado os atores coletivos no sentido de se situarem diante de uma crise discursiva no campo da disputa dos significados para referenciais aparentemente comuns, como participação, sociedade civil, cidadania e democracia (DAGNINO, 2004, p. 198). Após mais de duas décadas de experiências, marcadas pela ambiguidade das relações entre sociedade política e Estado, uma das questões que se coloca é em que medida as manifestações coletivas presentes no passado recente se colocam numa linha de continuidade ou de descontinuidade com os atuais confrontos políticos e sua maior ou menor autonomia em relação à sociedade política. Nesse sentido, coloca-se, o que denominamos aqui, a emergência de uma nova geração, mais distante de uma tradição movimentalista forjada nos anos 1970 a 1990. Em outros termos buscamos analisar os movimentos sociais contemporâneos a partir da hipótese de que podemos identificar um novo momento dos movimentos sociais no Brasil³, ou, na linguagem de Sidney Tarrow (2009), a emergência de um novo ciclo, indicando novas oportunidades políticas e uma nova geração. Se confirmada essa hipótese, é pertinente perguntar em que medida emerge daí uma inovação nas formas de atuação, particularmente, na sua relação com a sociedade política.

Emergência de um campo temático

Do ponto de vista teórico-metodológico, se faz necessário retomar um debate conceitual para situar um quadro dos atuais desafios que contrastam com uma tradição construída

³ Essa hipótese pode ser colocada para um conjunto de situações vividas, por exemplo, de países da América Latina, bem como de países africanos de independência recente e que passam por processos de “democratização” no contexto da reestruturação econômica e política no arcabouço do Consenso de Washington.

no campo acadêmico sobre os movimentos sociais. No caso do Brasil, esta tradição emerge a partir da década de 1970, no contexto da ditadura militar, quando “novos personagens” entram em cena. Conforme análise de Eder Sader (1991), três matrizes discursivas constituíram as bases fundamentais desses novos personagens: a matriz marxista, a do novo sindicalismo e a matriz eclesial⁴, cujo encontro teria contribuído para a criação do Partido dos Trabalhadores.

Se por um lado, a oposição à ditadura militar proporcionou um campo de ligadura de setores e categorias sociais, por outro, a democratização constituiu-se como ponto nodal que articulou um movimento amplo que configurou uma identidade política suprapartidária. Um dos efeitos para as análises desse movimento foi, de certa forma, o de negligenciar a heterogeneidade social, política e ideológica e consequente diversidade de demandas e interesses de seus partícipes. Houve, naquele contexto, uma cumplicidade dos cientistas sociais que, a partir de esquemas interpretativos, enfatizaram, como salientou Ruth Cardoso, o

espontaneísmo, o fato de serem uma quebra dentro do sistema político, de surgirem como alguma coisa nova que, de certa maneira, iria substituir os instrumentos de participação até então disponíveis como partidos, associações e outros. Eles apareciam como algo dominante, novo, de caráter mais puro, muito mais importante, que iria ocupar um espaço vazio (...) porque estávamos numa ditadura militar, e todos esses espaços de representação haviam sido realmente bloqueados (CARDOSO, 1994, p. 82).

Assim é que os movimentos sociais foram objeto de estudo e discussão teórica a partir de diferentes matrizes que expressaram desejos, anseios acadêmicos e políticos. É

⁴ A matriz discursiva marxista se constituiu a partir de uma longa presença dos partidos comunistas, em suas diferentes orientações. O novo sindicalismo se constituiu particularmente a partir do movimento operário no ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano) que foi a base para a criação da Central Única dos Trabalhadores e do Partido dos Trabalhadores e no qual se consolidou a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. A matriz eclesial marcou um período muito particular da Igreja Católica com seu posicionamento antimilitar, assumindo uma perspectiva progressista orientada na Teologia da Libertação. Os movimentos eclesiais tiveram também um papel importante na criação do PT.

emblemática a afirmação de Francisco Weffort em relação a sociedade civil e que reflete o espírito do tempo:

Nós queríamos uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la. Não havia lugar para excessos de ceticismo nesta questão, pois só serviriam para tornar os fracos ainda mais fracos. É evidente que quando falo aqui de “invenção” ou de “engrandecimento” não tomo estas palavras no sentido da propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade. Numa palavra, nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos liberdade (WEFFORT, 1988, p. 518).

Subjacente à “necessidade” da afirmação de uma sociedade civil forte e a interpretação dos movimentos como algo novo e mais importante, concordando com Ernesto Laclau, encontrava-se uma visão evolucionista, a partir da qual as interpretações tenderam a tipificar os conflitos a partir de três categorias centrais:

a determinação da *identidade dos agentes* era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o *tipo de conflito* era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um *espaço político unificado*, onde a presença dos agentes era concebida como uma "representação de interesses" (LACLAU, 1987, p. 41).

Assim é que, nessas análises, os agentes sociais são vistos a partir de um princípio *a priori*, de unidade entre várias posições dos agentes; o significado objetivo de cada luta obedece a uma teleologia e a esfera política é um nível preciso do social, de uma representação de interesses. Não cabe discutirmos os efeitos políticos que tal perspectiva assumiu naquele contexto, mas chamar a atenção, em particular, para dois desdobramentos: a) Do ponto de vista teórico-metodológico construiu-se uma identidade entre conceito e unidade empírica do fenômeno, isto é, a redução do

fenômeno ao conceito. Utilizando-nos da expressão de Alberto Melucci, isto resultou numa “miopia do visível”, que concentra toda a atenção sobre os aspectos mensuráveis da ação coletiva, isto é, a relação com os sistemas políticos e os efeitos sobre as políticas, ignorando a produção de códigos culturais, que constitui a principal atividade das redes submersas do movimento, além da condição para a sua visibilidade (MELUCCI, 2001, p. 26). Em outros termos, não se tomou em conta os processos da construção e constituição de tais identidades.

b) O uso generalizado do termo movimento social subsumiu as mais diferentes manifestações coletivas numa homogeneização, passando a ser algo que não eram - uma totalidade⁵. Isto significou o seu esvaziamento e perda de eficácia explicativa.

O alcance destas abordagens mostraram seus limites com o processo de “redemocratização”, marcado por dois eventos: a promulgação da Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, e a realização das primeiras eleições diretas à presidência da República, em 1989. Para nossos objetivos, aqui, destacamos o processo de institucionalização e emergência de novas temáticas que orientaram o debate e as pesquisas na área das ciências sociais em relação aos movimentos sociais e ações coletivas, particularmente, a partir dos anos 1990.

Institucionalização dos movimentos sociais e suas ambiguidades

O processo de redemocratização possibilitou a conquista de novos espaços de participação política numa escala crescente, iniciada em nível municipal e que progressivamente se efetivam em nível federal. Esses espaços contemplaram várias áreas (mulheres, negros, indígenas, crianças, saúde, habitação, desenvolvimento rural,

⁵ A redução do fenômeno ao conceito é um tema da Teoria Crítica, a partir da obra de Walter Benjamin, “a origem do drama barroco” e desenvolvido também por Adorno na “Dialética Negativa” (Benjamin, [1925], 1984; Adorno, [1966], 1986)

assistência sócia etc.), ampliando, redefinindo ou criando novos espaços de gestão das políticas públicas. Mesmo que, inicialmente, isso tenha ocorrido de forma fragmentada, abriu caminhos para a redefinição da relação entre sociedade civil e o Estado por meio da criação, por exemplo, dos conselhos participativos (CARDOSO, 1994, p. 83). A heterogeneidade de demandas e de atores, que já se tornara clara nas mobilizações em torno da formulação da Constituição de 1988 e do processo eleitoral de 1998, de certa forma, foi institucionalizada com a criação desses espaços participativos. Isto significou, ainda, o deslocamento da presença dos movimentos do campo das manifestações públicas para um campo institucional e conseqüente arrefecimento da visibilidade pública.

O deslocamento do campo de ação e a menor visibilidade levaram, no início dos anos 1990, a uma leitura que identificava uma crise dos movimentos sociais. Interpretamos essas leituras menos como crise dos movimentos sociais, mas como uma crise interpretativa dos mesmos, da não realização das expectativas e não correspondência à imagem que se construiu sobre os mesmos (OTTMANN, 1995; MUTZENBERG, 2010). Reconhecidamente essa trajetória dos movimentos sociais levou a um processo de formação política, de conquistas de direitos e concepção do direito a ter direito; contribuíram para uma redefinição do espaço público e do espaço privado, introduzindo questões da esfera privada como questão política e da politização de carências etc. (CARDOSO, 1994; DAGNINO, 1994). No entanto, a participação desses atores nos espaços participativos trouxe à tona um conjunto de questões que definiram a agenda de debates, tanto no campo desses atores coletivos quanto de pesquisadores. Entre tais questões podem ser destacadas, entre outros, a atualização das formas do clientelismo, a automarginalização de porta-vozes decorrente de sua visão autonomista; ascendência do

corporativismo; a questão da representação, isto é, como movimentos comunitários consensuais podem ser representados num espaço político marcado pelas disputas e negociações; permanência de um autoritarismo social enquanto matriz histórica na constituição e ordenamento social (AVRITZER, 1995; BENEVIDES, 1991; CARDOSO, 1994; DAGNINO, 1994; MUTZENBERG, 2002, 2010). Numa leitura mais crítica, Wanderley Guilherme dos Santos, considera que os movimentos sociais tiveram um efeito de superfície, não atingindo a maioria que está fora da vida política, daí que se perpetuaria um modelo político oligárquico da ordem, não chegando a consolidar uma ordem poliárquica (SANTOS, 1994, p. 104).

No entanto, há que se considerar que a presença desses movimentos, conjugado ao processo mais geral da democratização, levou a uma redefinição do papel do Estado. Os desdobramentos da institucionalização de espaços participativos e dos próprios movimentos sociais redundaram em múltiplos efeitos, entre os quais uma reorientação da relação desses agentes com o Estado, tornando-se mais complexa e ambígua. Como se afirmou acima, as relações tornaram mais intrincadas à medida que lideranças, provenientes daqueles movimentos, ou no mínimo comprometidas com suas demandas, tornaram-se governo em seus diferentes níveis. Esse fato gerou uma atuação desses agentes em duas direções, por um lado, manifestações de apoio frente a sua identificação com os representantes e titulares de cargos públicos, por outro, resistência, protestos e mobilizações na tentativa de acelerar o cumprimento de demandas preteridas (POLETTI, 2009).

A ambiguidade ou duplicidade dessa atuação é possível ser interpretada a partir da ascensão de forças políticas mais à esquerda⁶ e daquilo que Evelina Dagnino denominou como confluência perversa:

de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participatório, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático (DAGNINO, 2004, p. 195).

Um indicador dessa mudança também pode ser identificado na transformação discursiva dos próprios movimentos sociais. Se na segunda metade dos anos 1970 e na década seguinte, o termo popular ocupou uma centralidade, em torno do qual se articulou um discurso político, definindo fronteiras e indicando um projeto de transformação social, na década de 1990, a noção de popular deu lugar à constelação constituída a partir dos referentes sociedade civil, participação, descentralização e cidadania, numa aparente imagem comum de democracia, obscurecendo concepções em relação ao papel do Estado como provedor de direitos e um programa de modernização e redução do Estado (MATO, 2004, p. 83). Esse novo discurso criou uma aparente identidade de propósitos entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante subjacente aos processos mobilizatórios de setores da sociedade civil na década anterior. Como afirma Evelina Dagnino,

Essa identidade de propósitos, no que toca à participação da sociedade civil, é evidentemente aparente. Mas essa aparência é sólida e cuidadosamente construída através da utilização de referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil, especialmente para os atores da sociedade civil envolvidos, a cuja

⁶ Na última década, um conjunto de países da América Latina elegeram governos de esquerda (Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai, Venezuela, Perú), caracterizado por muitos como um processo de “esquerdização” da América Latina. Esse tendência esquerdizante de configura, segundo palavras de Celso Amorim, em 2006 quando Ministro das Relações Exteriores do Brasil, como “governos mais comprometidos com reformas sociais, com maior autonomia em relação às grandes potências do mundo e maior vontade de integração regional. Se você identificar esquerda com a visão de progresso, reforma social, democracia e com forte defesa dos interesses nacionais, então ministro das” (CANTANHÊDE, 2006).

participação se apela tão veementemente e em termos tão familiares e sedutores. A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário. Aí a perversidade e o dilema que ela coloca, instaurando uma tensão que atravessa hoje a dinâmica do avanço democrático no Brasil. Por um lado, a constituição dos espaços públicos representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, expresso especialmente —mas não só— pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil na gestão da sociedade. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências (DAGNINO, 2004, p. 97).

Deslocamentos teórico-analíticos no campo temático dos Movimentos sociais

Esse novo quadro, além de ter desafiado os atores sociais a se posicionarem diante de uma crise discursiva, colocou desafios teóricos e analíticos para interpretação das ações coletivas e a pluralidade de agentes/atores presentes no cenário político recente e a sua interconexão entre si e com o Estado/Governo. Esse debate levou a um deslocamento do campo temático dos movimentos sociais para a análise conceitual e das práticas democráticas. Daí também uma confluência das temáticas – sociedade civil, democracia, participação, cidadania, descentralização, cultura política – no campo acadêmico, cuja pergunta poderia ser formulada em torno de continuidades e inovações das práticas sociais, limites e possibilidades da emergência de uma cultura política democrática (MUTZENBERG, 2010; MUTZENBERG e SOARES, 2009). Um dos indicadores desse deslocamento pode ser identificado na redução de publicações e pesquisas sobre o que denominamos genericamente de movimentos sociais, bem como a redução ou ausência dessa temática em congressos e eventos acadêmicos a partir de meados dos anos 1990 a 2005.

Nesse período predominou uma constelação de temáticas que orientou as discussões e pesquisas, ampliando o leque de questões e identificadores para a interpretação das formas das ações coletivas, confrontos políticos e sua presença nos espaços participativos. Na composição dessa constelação temática podem ser destacados os seguintes temas: espaços públicos de participação e deliberação; direitos e identidade (étnico-racial, gênero, geração, religião etc.); exclusão/inclusão social; lutas por habitabilidade, trabalho e equipamentos e serviços; globalização e antiglobalização (MUTZENBERG, 2010).

Essas análises colocaram em evidência, entre outros aspectos, a complexidade e heterogeneidade da sociedade civil, tornando difícil afirmar algo sobre o que é comum aos elementos que a compõem. Composição esta que compreende desde uma miríade de associações, organizações e instituições, até um amplo contingente desorganizado, além das organizações ilegais com efetivo poder econômico e político (BURITY, 1999, p. 228). Há, nesse sentido, uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos atores coletivos que caracteriza um campo plural e dinâmico em que identidades se redefinem nos processos de articulação.

Essa complexidade levou a análises mais intrincadas das relações entre sociedade civil e Estado, em que os confrontos políticos e as alianças são transversais, não implicando uma polarização, isto é a demonização de um dos polos.

Subjacente a esta complexidade se expressa uma imprevisibilidade e indeterminação dos processos sociais, nos quais, apesar da necessidade da construção de consensos para a governabilidade, a democracia se coloca como um campo de conflitos, portanto mais que uma condição estável passa a se caracterizar como um processo aberto.

Busca de novos espaços participativos e a retomada do campo temático dos Movimentos Sociais

No Brasil tem crescido, nos últimos anos, manifestações e confrontos políticos na busca de novos mecanismos de participação e influência política que denotam limites das formas institucionalizadas e um conjunto de demandas reprimidas. Tais manifestações não tem um sentido único e tem revelado antagonismos no interior da sociedade civil. A exemplo, tem crescido no Brasil manifestações de caráter conservador e discriminatório (racial, religioso, gênero etc.) que tem mobilizado reações de outros setores da sociedade, evidenciando visões antagônicas presentes na sociedade.

Um sintoma da presença dessas manifestações é a retomada do campo temático das ações coletivas/movimentos sociais através da publicação de vários dossiês⁷. É perceptível também o retorno do tema em grupos de trabalho e mesas redondas em congressos e a crescente oferta de disciplinas sobre o tema nos cursos de ciências sociais – Graduação e Pós-Graduação. Nessa mesma direção situa-se, em nível internacional, o projeto de pesquisa coordenado por Doug McAdam, Sidney Tarrow, Charles Tilly (2009) sobre “confrontos políticos” na tentativa de enfrentar uma fragmentação da produção teórica nessa área e a diversidade das formas de confronto.

A presença atual de atores coletivos lança mão de um repertório diversificado de instrumentos/meios que vão do bloqueio de rua ao uso das novas mídias, cujas orientações e objetivos são os mais diversos. Esse crescimento de confrontos tem acelerado uma reação para a um deslocamento do campo propriamente político para o

⁷ Sociedade e Estado v. 21, n 1, 2006; Caderno CRH V. 10, n 1, 2009; Lua Nova, n 76, 2009; ECCOS Revista Científica v. 10, n1, 2009; Ciências Sociais Unisinos, v. 46, n 1, 2010; Revista Brasileira de Ciência Política, n 3, 2010; Revista IHU - Humanidades, Unisinos, n 325, 2010; Revista Política e Sociedade, n 18 v. 10, 2011

jurídico por meio da judicialização⁸ das questões políticas ou criminalização⁹ das questões sociais.

Entre os diferentes recursos utilizados para a mobilização e confronto político, as novas mídias tem despertado o interesse e tem gerado um amplo debate no meio acadêmico internacional. No Brasil ainda há uma carência de pesquisas nessa área.

Tem merecido destaque em relação às novas mídias seu potencial de mobilização, a exemplo da “Primavera árabe”; “Democracia Já”, na Europa; “Democracia Real”, na Espanha, Portugal, Itália, Grécia; “Ocupe Wall Street”; “Marcha das Vadias” iniciada no Canadá. Tem sido, ainda, canal para protesto e denúncia de corrupção, contra ações discriminatórias, contra propaganda veiculada nos meios tradicionais, abarcando um leque diversificado de questões e interlocutores. Além de instrumento de mobilização e protesto tem-se destacado o seu caráter democrático e como mecanismo de uma reestruturação da esfera pública. Isso tem gerado um otimismo e uma visão, a nosso ver, pouco crítica em que se denota uma visão determinista da nova tecnologia midiática. Este aspecto é criticado por Banda, Mudhai e Tettey (2003) ao considerar visões sobre as novas mídias e democracia em África e o vislumbamento de ultrapassar alguns passos ao desenvolvimento, como se todo o processo de desenvolvimento tivesse se tornado menos problemático.

Celebra-se as novas mídias como base do processo de descentralização, enfraquecimento de mecanismos de poder, no entanto as análises da presença de atores

⁸ MACIEL, Débora Alves, KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. LUA NOVA Nº 57— 2002, p. 113-133.

⁹ A questão da criminalização dos Movimentos Sociais constitui-se hoje num debate nos próprios movimentos, particularmente o MST, e no campo acadêmico. Ver por exemplo, QUEIROZ, Rosiana Pereira (org.). A criminalização dos movimentos sociais no Brasil : relatório de casos exemplares. Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006. (http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalizacao_mov_sociais.pdf) IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. *Estud. av.* [online]. 2000, vol.14, n.40, pp. 51-58. Volanin, Leopoldo. Poder e Mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>. Via Campesina Brasil. A ofensiva da direita para a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/41736689/A-Criminalizacao-dos-Movimentos-Sociais>

sociais e o uso destes recursos não podem ser vistos fora do contexto e das condições estruturais e históricas e da capacidade desses atores em promover processos de mobilização e criação de princípios de leitura distintos daqueles hegemônicos.

Outro aspecto a ser considerado é em que medida as novas mídias são um meio ou tem potencial constitutivo de construção de processos democráticos, como se tivessem um poder em si mesmos. Isto impõe uma análise de quem e o que está sendo veiculado, bem como questões como acesso, quem produz a informação, a base de que conhecimentos, assim como a consideração de que as mídias dependem de estruturas e inserem-se num campo de disputas de visões, projetos, reprodução de assimetrias. Nesse sentido, considerando o acesso, no caso do Brasil, em 2012, 53% da população não tem acesso à internet. Como observam Jonatas Ferreira e Maria Eduarda da Mota Rocha,

mesmo com esse número, algumas desigualdades históricas persistem e entram um acesso mais amplo a tais tecnologias. As classes D e E continuam excluídas do processo, seja por restrição educacional, seja pelo limite orçamentário que as coloca para além dos esforços governamentais de inclusão digital (FERREIRA e ROCHA, 2011, p.308).

Se observarmos os dados, em nível mundial, é evidente a correspondência entre “desenvolvimento” e o acesso às novas mídias. O acesso e uso da Internet estão condicionados a fatores estruturais, objetivos e interesses. Nesse sentido cabe perguntar em que medida o uso desse recurso pelos governos significa aumento da eficiência, eficácia, transparência e inclusão dos cidadãos na política (MUDHAI, 2003).

Parece-nos fundamental retomar aqui considerações em relação aos desafios e perspectivas para a análise dos confrontos políticos. Do ponto de vista epistemológico remetemos às considerações de Alberto Melucci ao salientar que há que se

identificar o campo dos conflitos em nível de sistema e explicar como certos grupos sociais interferem neste campo. Visto que não existem atores conflituais “por essência”, a ação tem caráter temporário, pode

envolver atores diversos, pode deslocar-se em áreas diversas do sistema. Esta multiplicidade e variabilidade dos atores torna, também, mais explícita a pluralidade dos significados analíticos contidos no mesmo fenômeno empírico, ao qual, geralmente, se tende atribuir uma unidade quase substancial: ele é, ao contrário, a resultante provisória de um campo múltiplo de forças, de processos analíticos distintos (MELUCCI, 2001, p. 23)

Assim, podemos considerar que os confrontos políticos e seus desdobramentos não são dedutíveis, mesmo que condicionados, de estruturas ou posições, uma vez que não há um conteúdo definido *a priori*, mas construído por meio de sucessivos atos de identificação; atos estes que sustentam, modificam, resistem ou rejeitam uma ordem concreta (LACLAU, 1987, 1994). Assim é nos parece ser pertinente ressaltar que a análise das manifestações e usos das mídias nos protestos não tem como ponto de partida a consideração uma direção ou conteúdos como característicos desses meios, mas como desdobramentos de processos articulatórios em que as novas mídias assumem um papel, mas que não definem *a priori* direção ou significados. Há o risco de ver nos novas mídias uma panaceia, negligenciando os próprios sentidos aí veiculados, bem como a não observação de mecanismos e o lançar mão de um repertório de ações coletivas construído ao longo da história dos protestos sociais. Nessa acepção, nem conflitos, nem agentes, nem os meios e nem os desdobramentos das ações estão definidos *a priori* (MUTZENBERG, 2006, p. 81). Lembramos aqui, a sugestão de Raymond Williams, em seu trabalho monográfico *Television: Technology and Cultural Form*, publicado em 1974, de que a introdução de uma nova mídia gera um debate sobre cultura política, mas não pode por si alterar significativamente a sociedade, uma vez que num sistema novo de comunicação é resultado de uma complexa interação entre forças tecnológicas, sociais, culturais, políticas, legais e econômicas (WILLIAMS, 1974).

Nesse sentido, podemos afirmamos, também, que o conceito teórico de movimento social pode ser um construto analítico, como tipo ideal, e não instrumento de orientação

da observação dos fenômenos. Há, como afirma Claude Lefort, ao referir-se à polaridade entre a indeterminação e a tentativa de sacralizar uma ordem, a sociedade moderna é como um “teatro de uma aventura indomável, tal que o que se vê instituído não está nunca estabelecido” (LEFORT, 1983, p. 119).

Considerações finais

Consideramos que o **campo temático** dos confrontos políticos é rico em possibilidades, em que temas e tradições de pesquisas são postos em questão em que velhas e novas questões se põem a partir da dinâmica das relações sociais e/ou de movimentos teóricos pertinentes ao campo acadêmico. Trata-se de um campo aberto que desafia a imaginação sociológica e aberto ao dialógico com outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, o campo temático dos movimentos sociais desafia a sensibilidade e a habilidade em problematizar as questões, identificar e construir novos objetos de pesquisa. Entre tais questões destacamos o significado atual quando se fala de uma esfera pública mediática, que demandas emergem nesses protestos, quais os processos e estrutura de articulação constituem tais redes, qual a relação entre estas novas mídias e formas tradicionais de comunicação e organização, qual a composição dessas redes, quais os pontos nodais em torno dos quais se articulam essas forças sociais. Para finalizar, caberia perguntar se os confrontos políticos atuais e as novas mídias torna menos difícil suportar a sociedade de massas e “o fato de que o mundo entre elas (pessoas) perdeu a forçaqqqqq de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las” (ARENDDT, 2000, p.62).

Bibliografia

- ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Madrid, Taurus, 1986.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2000.
- AVRITZER, L. Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma crítica das Teorias da Transição para a Democracia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 28, v. 10, p. 109-122, jun. 1995.
- BANDA, Fackson; MUDHAI, Okoth Fred and TETTEY, Wisdom J. Introduction: New Media and Democracy in Africa—A Critical Interjection. In: THORBURN, David; BARRETT, Edward; JENKINS, Henry. *Democracy and New Media*. Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press, 2003
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania Ativa*. São Paulo: Ática, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BURITY, Joanildo. Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de urna nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado. *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife. v. 15, n. 2, p.223-254, jul./dez., 1999
- CANTANHÊDE, Eliane. Amorim diz que EUA "pisaram no nosso calo". Entrevista com Celso Amorim. *Folha de São Paulo*, 23/jan/2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u75290.shtml>. Acesso em: mai./2012
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. A trajetória dos movimentos sociais. In: Evelina DAGNINO (org.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela. p. 95-110, 2004.
- FERREIRA, Jonatas e ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Democracia digital: para além da ideia de justiça distributiva. In: MACIEL, Maria Lucia e ALBAGLI, Serita (Orgs). *Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro, Gramond, 2011. p. 307-328.
- IANNI, Octavio. O declínio do Brasil-nação. *Estud. av.* 2000, vol.14, n.40, pp. 51-58.
- LACLAU, Ernesto. (1997), Sujeito da política, política do sujeito. *Política Hoje*, 4, 7(4): 9-28, 1997.
- LACLAU, Ernesto. "Minding the gap: the subject of politics", in: E. Laclau (editor), *The Making of Political Identities*. London, New York: Verso, 1994.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 2, out. 1986, p. 41-47. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04.htm
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MACIEL, Débora Alves, KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *LUA NOVA* N° 57— 2002, p. 113-133.
- MATO, Daniel. Redes transnacionais de actores globales y locales em la producción de representaciones de ideas de sociedade civil. In: Daniel Mato (org.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 67-93
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, 76, 2009, p. 11-48.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- MUDHAI, Okoth Fred. Implications for Africa of E-Gov Challenges for Giants South Africa and Nigeria. In: THORBURN, David; BARRETT, Edward; JENKINS, Henry. *Democracy and New Media*. Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press, 2003, p. 21-40.

- MUTZENBERG, Remo. AÇÕES COLETIVAS, MOVIMENTOS SOCIAIS: Aderências, Conflitos e Antagonismo Social. Tese de doutorado defendida no PPGS-UFPE, Recife, 2002.
- MUTZENBERG, Remo. Sociedade, uma totalidade precária que inclui e exclui. In: AMARAL, Aécio e BURITY, Joanildo. *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo, Annablume, 2006, p. 85-92
- MUTZENBERG, R. A questão dos Movimentos sociais na atualidade In: MARTINS, C.B. MARTINS, H.H.T. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia* São Paulo ANPOCS, 2010 p. 405-440.
- MUTZENBERG, Remo e SOARES, Eliana. Democratização, sociedade civil e cultura política: aproximações entre o Brasil e a África lusófona. *Estudos de Sociologia*. Vol. 15, n 2, jul./dez. 2009, p. 49-68.
- OTTMANN, Götz. Movimentos sociais urbanos e democracia no Brasil. Uma abordagem cognitiva. *Novos Estudos do CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, n. 41, mar/1995. pp.186-207.
- POLETO, E. R. A nova territorialidade dos movimentos sociais na América Latina: do ajuste neoliberal à construção de alternativas. 2009. Disponível em: http://ega12009.easypanners.info/area02/2141_Poletto_Emilio_Rafael.pdf. Acesso em: mai/2012.
- QUEIROZ, Rosiana Pereira (org.). A criminalização dos movimentos sociais no Brasil : relatório de casos exemplares. Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006. Disponível em: (http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_mndh/r_mndh_criminalizacao_mov_sociais.pdf)
- SADER, Eder., *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SCRIBANO, A. Reflexiones sobre una estrategia metodológica para el análisis de las protestas sociales. *Sociologias*, Porto Alegre, a.5, n. 9, p. 64-104, jan./jun. 2003.
- TARROW, S.. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- THORBURN, David; BARRETT, Edward; JENKINS, Henry. *Democracy and New Media*. Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press, 2003
- VIA CAMPESINA BRASIL. A ofensiva da direita para a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, 2010. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/41736689/A-Criminalizacao-dos-Movimentos-Sociais>
- VOLANIN, Leopoldo. Poder e Mídia: a criminalização dos movimentos sociais no Brasil nas últimas trinta décadas. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/760-4.pdf>.
- WEFFORT, F. C. Por que democracia? In: STEPAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 513-516.
- WILLIAMS, Raymond. *Television: Technology and Cultural Form*. New York, Schocken, 1974.



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz